

## **Empreendedorismo Feminino em situações de vulnerabilidade social: ensaio teórico<sup>1</sup>**

*Emprendimiento femenino en situaciones de vulnerabilidad social: ensayo  
teórico*

*Female Entrepreneurship in situations of social vulnerability: theoretical  
essay*

**Nayara Cristina Mendonça Zanata<sup>2</sup>**

**Kamila Batista de Melo<sup>3</sup>**

**Isadora Borges Squilassi<sup>4</sup>**

**Heila Magali da Silva Veiga<sup>5</sup>**

### **Resumo**

Este ensaio teórico, com sua abordagem reflexiva e interpretativa, visa contribuir sobre mulheres empreendedoras em condições de vulnerabilidade social com base na literatura acadêmica a partir da teoria feminista pós-estruturalista. O estudo mostra que as mulheres empreendedoras em condições de vulnerabilidade social apresentam, dentre outras barreiras: o preconceito de gênero e violência de gênero e as dificuldades no aporte de recursos humanos, financeiros e materiais ao negócio empreendedor. Dentre as formas de superação de tais barreiras, a literatura reconhece a necessidade de uma rede de apoio enquanto forma de estabelecer perante à comunidade, oferta de programas de qualificações para a formação técnica e profissional; acesso aos recursos necessários para o negócio e, ainda, a elaboração e implementação de programas e políticas públicas que ofereçam subsídios para a gestão de seus negócios adequados às necessidades reais das mulheres de baixa renda.

Palavras-Chave: Empreendedorismo feminino; Vulnerabilidade social; Políticas públicas.

### **Resumen**

Este ensayo teórico, con su enfoque reflexivo e interpretativo, pretende contribuir a las mujeres emprendedoras en condiciones de vulnerabilidad social a partir de la literatura académica de la teoría feminista postestructuralista. El estudio muestra que las mujeres emprendedoras en condiciones de vulnerabilidad social

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

<sup>2</sup> Mestranda em Processos Organizacionais; Programa de Pós-graduação em Psicologia – PGPSI/UFU; Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; [nayaramzanata@gmail.com](mailto:nayaramzanata@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Processos Organizacionais; Programa de Pós-graduação em Psicologia – PGPSI/UFU; Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; [kamilabmelo@gmail.com](mailto:kamilabmelo@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda em Processos Organizacionais; Programa de Pós-graduação em Psicologia – PGPSI/UFU; Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; [isadorago1712@gmail.com](mailto:isadorago1712@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; [heila.veiga@ufu.br](mailto:heila.veiga@ufu.br).

presentan, entre otras barreras: prejuicios de género y violencia de género y dificultades para dotar de recursos humanos, financieros y materiales al negocio emprendedor. Entre las formas de superar tales barreras, la literatura reconoce la necesidad de una red de apoyo como forma de establecer en la comunidad programas de calificación para la formación técnica y profesional; el acceso a los recursos necesarios para el negocio y, también, la elaboración e implementación de programas y políticas públicas que ofrezcan subsidios para la gestión de sus negocios adaptados a las necesidades reales de las mujeres de bajos ingresos.

Palabras-clave: Emprendimiento femenino; Vulnerabilidad social; Políticas públicas.

#### **Abstract**

This theoretical essay, with its reflective and interpretative approach, aims to contribute to women entrepreneurs in conditions of social vulnerability based on academic literature from post-structuralist feminist theory. The study shows that women entrepreneurs in conditions of social vulnerability present, among other barriers: gender prejudice and gender violence and difficulties in providing human, financial and material resources to the entrepreneurial business. Among the ways of overcoming such barriers, the literature recognizes the need for a support network as a way of establishing, in the community, offering qualification programs for technical and professional training; access to the resources necessary for the business and, also, the elaboration and implementation of programs and public policies that offer subsidies for the management of their businesses adapted to the real needs of low-income women.

Keywords: Female entrepreneurship; Social vulnerability; Public policies.

## **1. Introdução**

O conceito de empreendedorismo, derivado do termo francês *entrepreneur*, que originalmente denotava “aquele que incitava disputas”, evoluiu ao longo dos séculos para caracterizar indivíduos que criam e conduzem novos projetos e empreendimentos. O empreendedorismo pode manifestar-se de duas formas principais: por necessidade ou por oportunidade. O empreendedorismo por necessidade surge em resposta a carências financeiras, levando indivíduos a criar seus próprios empreendimentos como uma alternativa ao desemprego ou subemprego (DORNELAS, 2008).

O Instituto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) apontou em seu estudo que, no ano 2023, aproximadamente 90% das pessoas que iniciam o empreendimento se veem motivadas pelo empreendedorismo por necessidade, ou como demonstrado na pesquisa “ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Para as mulheres, este tipo de empreendedorismo tem se constituído como uma das suas principais formas de subsistência (DEVECE et al., 2016; FUENTELESAZ et al., 2015; GUERRERO et al., 2017).

Segundo o IBGE, no Brasil, ao final do 3º trimestre de 2020, havia 8,6 milhões de mulheres à frente de um empreendimento (formal ou informal), por conta própria ou como empregadora, representando cerca de 34% do total de donos de negócios existentes no país.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2021 a força de trabalho feminina do segmento “conta própria” representa 23%.

Embora as mulheres representem uma parte significativa da força de trabalho, as desigualdades e os preconceitos persistem (IPEA, 2021). De acordo com o IBGE, as mulheres ocupam quase metade da População Economicamente Ativa (PEA), mas enfrentam barreiras que impedem a plena igualdade no ambiente de trabalho. No contexto da necessidade, a experiência empreendedora feminina, muitas vezes, apresenta aspectos negativos como interesses conflitantes, sentimentos de culpa e as tensões decorrentes de pontos de vista próprios e/ou alheios sobre o papel tradicional das mulheres na sociedade (ALPERSTEDT et al., 2014). Do ponto de vista profissional, as mulheres também apresentam dificuldades decorrentes de sua falta de experiência como empreendedoras, medo de risco e de dívidas, falta de modelos e o baixo nível de assistência (MCGOWAN et al., 2012).

A desigualdade de gênero desafia a premissa de direitos humanos que surgiu no século XVIII, revelando uma necessidade contínua de reconhecer e enfrentar as injustiças históricas e culturais (TEDESCHI e COLLING, 2014). A desigualdade de gênero afeta globalmente a realização dos direitos e capacidades das mulheres, prejudicando não apenas o progresso individual, mas também o desenvolvimento social coletivo (SCHUMPETER, 1997). Esta questão está entrelaçada com práticas estabelecidas por convenções de gênero, incluindo, mas não se limitando, à violência. Para abordar o fenômeno persistente da desigualdade de gênero que transcende limites geográficos, culturais e históricos é imperativo reconhecer a sua profundidade e amplitude, dado que seus impactos reverberam negativamente sobre uma significativa parcela da humanidade, com particular ênfase nas mulheres (BARDASI et al., 2011; ELAM et al., 2019). A persistência da desigualdade de gênero é um tema central para a análise de sociedades em variados estágios de desenvolvimento, onde os valores culturais e sociais definem de maneira desigual os papéis atribuídos a homens e mulheres (BARDASI et al., 2011; ELAM et al., 2019). O patriarcado, um sistema que perdura há pelo menos três mil anos, impõe um domínio masculino sobre as mulheres por meio de uma série de mecanismos de controle, que vão desde a força e a tradição até leis, linguagem, e divisão do trabalho (ARRUZA, 2015).

Durante o século XIX, nas sociedades ocidentais, o papel masculino estava associado à esfera pública e econômica, enquanto as mulheres eram relegadas ao espaço doméstico e à manutenção da unidade familiar (FILION, 1999; SCHUMPETER, 1997). As últimas décadas

têm mostrado mudanças significativas, como a globalização e as transformações tecnológicas, que influenciam a dinâmica das organizações e as relações interpessoais (BORGES e VATRAZ, 2021). Nesse contexto, emergem estudos sobre gênero no ambiente organizacional, revelando alterações nas expectativas sociais tradicionais sobre o papel das mulheres e sua contribuição para o mercado de trabalho (GHERARDI e POGGIO, 2001). Embora as diferenças biológicas entre homens e mulheres sejam evidentes, a sociedade frequentemente reinterpreta essas diferenças como desigualdades sociais, afetando mulheres globalmente (ANNANDALE et al., 2018; DOYAL, 2004).

A crença predominante na agressividade masculina e na passividade feminina ainda é tão arraigada que desconsidera evidências históricas e contemporâneas, como a participação ativa das mulheres em conflitos e atividades tradicionalmente masculinas (BEEN et al., 2019; RICHARDSON et al., 1980). O "mundo das mulheres", com suas raízes em sociedades pré-industriais e rurais, contrasta com o "mundo dos homens", dominado pelo capitalismo econômico e pela troca, sugerindo que as conexões íntimas e os valores da sociedade rural oferecem uma esperança renovada para novas abordagens na administração organizacional (LEONARD, 2002).

O fenômeno da divisão sexual do trabalho, que inclui a concentração de homens em posições de prestígio e mulheres em cargos menos valorizados, tornou-se mais visível com o aumento do debate sobre gênero (RAMADANI, 2015). Estudos indicam que masculinidades e feminilidades interagem de maneira complexa e que características tradicionalmente associadas ao feminino, como a empatia e a comunicação, são muitas vezes desvalorizadas no mercado de trabalho. Apesar dos avanços significativos do movimento feminista nas últimas décadas, a segregação sexual e a desigualdade salarial persistem, evidenciando a necessidade contínua de reformas (CINEGLAGLIA et al., 2021). Na pesquisa de Whitaker (1988) observa que a universidade ainda perpetua a divisão sexual das carreiras, com certas profissões sendo consideradas masculinas ou femininas, o que pode limitar o potencial dos indivíduos devido a preconceitos de gênero.

A questão de gênero e os direitos humanos representam um problema complexo, exacerbado pela violência e discriminação persistentes (MANZOOR E MANZOOR, 2023; MCGOLDRICK, 2007). Documentos históricos sobre direitos humanos, como a Declaração dos Direitos da Virgínia e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, falham em abordar de forma adequada as questões de gênero, uma lacuna que persiste nos princípios de

igualdade defendidos pela ONU (TEDESCHI e COLLING, 2014). A dominação masculina é uma constante histórica, e a análise dos discursos e práticas que moldaram a posição social e as atribuições das mulheres é essencial para a promoção da igualdade de gênero (TEDESCHI e COLLING, 2014).

A capacitação e o treinamento são essenciais para preparar essas mulheres para o mercado de trabalho (DEGEN, 2008), enquanto o acesso ao financiamento, frequentemente um dos maiores obstáculos enfrentados, pode ser facilitado por programas que promovam micro créditos e empréstimos subsidiados (BECKER-BLEASE e SOHL, 2007; BELLUCCI et al., 2010). Por esta razão, as políticas públicas que apoiam essas empreendedoras têm um impacto significativo na diminuição das desigualdades e na inclusão econômica (BARDASI et al., 2011; ELAM et al., 2019). Dentre elas, o empreendedorismo feminino em condições de vulnerabilidade social é apoiado pelo plano de ação global proposto pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em parceria com 193 nações, principalmente, por intermédio de quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades). Eles propõem, dentre outras metas, o empoderamento econômico, à inclusão financeira, redução das lacunas de gênero, à adoção da igualdade de salários e de gênero nas equipes e a criação de benefícios adequados para mulheres, entre outros (MDIC e PNUD, 2024).

Nesse sentido, o principal objetivo deste estudo é investigar como o empreendedorismo feminino pode ser uma ferramenta para a superação da vulnerabilidade social, promovendo a autonomia econômica e social das mulheres. Além disso, busca-se identificar as condições necessárias para que essas iniciativas sejam bem-sucedidas, considerando as barreiras estruturais e culturais que as mulheres enfrentam.

## **2. Revisão teórica**

O empreendedorismo feminino possui papel crucial na criação de resiliência econômica, empoderamento, inclusão e independência financeira dos grupos vulneráveis da sociedade, dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores informais. Ao se enquadrar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030, especificamente, na ODS 5 (Equidade de Gênero), o empreendedorismo feminino visa atenuar as desigualdades e promover uma condição mais igualitária tendo em visto o

número expressivo de 1,1 bilhão de pessoas no mundo e mais de 27% das mulheres da América Latina e Caribe que vivem em pobreza multidimensional aguda conforme apontam o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPE) (MDIC e PNUD, 2024).

Nas últimas décadas, a feminização da população estudantil e a crescente presença feminina em setores STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) têm sido notáveis, embora as assimetrias de gênero permaneçam significativas (PNUD, 2023; POGGIO, 2022). Mulheres ainda estão sub-representadas em cargos de liderança e nas áreas STEM, comparadas a seus colegas masculinos (POGGIO, 2022). Para mais, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) revela a persistência de preconceitos e desigualdades de gênero, mesmo com a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade.

No estudo de Fabrício e Vizeu (2024) enfatizam a importância de entender a dimensão simbólica do empreendedorismo feminino, pois ela reflete as estruturas econômicas e políticas da sociedade, além de evidenciar as relações familiares, de parentesco e os modelos educacionais vigentes. Os autores destacam que, como o ambiente organizacional tem sido historicamente dominado por homens, a maior presença de mulheres — fruto da luta feminista — pode ser vista como uma ameaça por aqueles que consideram essa mudança como inadequada ou antinatural. Essa resistência pode impactar a aceitação e o suporte ao empreendedorismo feminino, evidenciando a necessidade de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Em um contexto dominado pelo machismo, o poder é considerado uma exclusividade masculina, o que deixa pouco espaço para identidades femininas. Essa situação gera que, à medida que mulheres ocupam posições de liderança, as organizações criam novos mecanismos de violência e mantêm desigualdades de gênero. Isso inclui a violência patrimonial, manifestada pela remuneração inadequada; a violência sexual, como o assédio; a violência psicológica, que se relaciona aos estereótipos que ameaçam a saúde emocional das mulheres; e a violência moral, expressa através de constrangimentos nas discussões corporativas sobre a competência feminina. Muitas dessas formas de violência se tornam mais sutis no ambiente organizacional (Fabrício e Vizeu, 2024).

A significativa participação feminina no empreendedorismo motivado pela necessidade destaca a importância de políticas públicas que reflitam e promovam esses empreendimentos emergenciais (GEM, 2022; HASSAN et al., 2020). Tais políticas têm o potencial de transformar a economia, especialmente quando se considera a condição de mulheres de baixa renda (NATIVIDADE, 2009). A análise das políticas públicas existentes é importante para entender como elas têm apoiado o empreendedorismo feminino e quais barreiras e desafios ainda persistem.

A vulnerabilidade, conforme descrita por Marandola Jr e Hogan (2013), refere-se ao potencial de um indivíduo sofrer perdas devido à sua fragilidade, desamparo ou danos. Essa condição se manifesta na incapacidade de prevenir danos potenciais. Grupos vulneráveis, segundo Moser (1997), são aqueles cujos indivíduos ou coletivos enfrentam riscos significativos e têm dificuldade em acessar serviços e direitos básicos de cidadania, assim como as oportunidades que são mais amplamente disponíveis para aqueles que possuem melhores condições.

O conceito de vulnerabilidade é derivado da vulnerabilidade social, que é vista como um resultado negativo da interação entre os recursos simbólicos e materiais de indivíduos ou grupos e seu acesso a oportunidades (VIGNOLLI, 2001). Para compreender a vulnerabilidade social, Busso (2001) aponta dois pressupostos: o primeiro refere-se ao risco de ser prejudicado por mudanças ou pela continuidade de situações indesejáveis e o segundo relaciona-se à capacidade que os grupos sociais possuem para responder às mudanças e aos desafios apresentados pelo ambiente natural e social. Para as mulheres, entende-se por vulnerabilidade social, as que estão fragilizadas, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia dos seus direitos e da sua cidadania (SCHMIDT-THOMÉ e JARVA, 2004).

### **3. Metodologia**

O presente trabalho adota a forma de ensaio teórico como metodologia de análise, independentemente da natureza ou características específicas do objeto de estudo. O ensaio teórico se configura como uma ferramenta analítica fundamental para a criação e exploração de novos conhecimentos. Esta abordagem permite a transgressão das normas lógicas tradicionais, oferecendo um rompimento com os paradigmas estabelecidos da ciência convencional (BARNEY, 2018).

Assim, as pesquisadoras são incentivadas a experimentar com o objeto de estudo por meio de uma reflexão profunda, e simultaneamente, a envolver o leitor na mesma dinâmica reflexiva. A interação do leitor com o ensaio teórico possibilita uma reflexão pessoal sobre a realidade proposta, manifestada através de concordâncias e discordâncias com os argumentos apresentados. Dessa maneira, o ensaio teórico estimula o leitor a alinhar ou confrontar a sua própria subjetividade com o processo reflexivo em andamento (MENEGHETTI, 2011).

O ensaio teórico desempenha um papel importante como instrumento analítico, com uma abordagem reflexiva e interpretativa que contrasta com a natureza classificatória típica das ciências (BOAVA, MACEDO e SETTE, 2020; MENEGHETTI, 2011). A originalidade é uma característica central do ensaio teórico, evidenciada na argumentação, na seleção do objeto de análise, na delimitação do escopo da investigação, na abordagem epistemológica e na subversão das racionalidades dominantes associadas ao tema em estudo (MENEGHETTI, 2011).

A escolha pela metodologia do ensaio teórico é justificada pela sua capacidade de oferecer uma perspectiva alternativa e inovadora na produção de conhecimento em administração, um campo amplamente explorado por abordagens empíricas e teórico-empíricas, caracterizado por uma orientação positivista-fundamentalista (BOAVA, MACEDO e SETTE, 2020). Esta abordagem metodológica visa esclarecer novas possibilidades e direcionamentos, ampliando a compreensão dos fenômenos administrativos.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente sobre os temas de gênero, empreendedorismo feminino e a participação das mulheres em condições de vulnerabilidade social no mercado de trabalho.

#### **4. Resultados e Discussão**

Um termo comumente adotado na literatura é o empreendedorismo minoritário, o qual é definido como um empreendimento gerido por um indivíduo que não é considerado típico da sociedade dominante e, portanto, apresentado como minoria, dentre elas, as mulheres (VOROBÉVA, 2022). Outro termo encontrado seria o empreendedorismo inclusivo, o qual representa um objetivo de um empreendedor social, que ajuda indivíduos de populações vulneráveis a superar o seu estado de pobreza e/ou exclusão social por não terem alternativas razoáveis de ocupação e renda (PILKOVÁ, JANČOVIČOVÁ e KOVAČIČOVÁ, 2016).

Inobstante, sob o prisma da teoria feminista pós-estruturalista, a experiência de se incluir é uma forma de indicar desafios tanto de ordem de construção social sobre gênero – mulheres transgênero, por exemplo – estigmas, preconceitos, vulnerabilidades e discriminação que geram exclusão social do mercado de trabalho formal quanto problemas de ordem estrutural com relação à existência da violência de gênero (IIZUKA e COSTA, 2022).

A vulnerabilidade de empreendedores minoritários se torna especialmente evidente em momentos de crise. Por exemplo, a crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19 exacerbou desigualdades já existentes e impactou desproporcionalmente as empresas de propriedade de minorias, colocando-as em risco de fechamento (DUA et al., 2020). Minorias enfrentam desafios para obter a legitimidade necessária em suas funções como empreendedores. Longe do estereótipo do empreendedor branco, jovem e masculino, os empresários pertencentes a minorias frequentemente não são vistos como iguais por seus colegas, clientes e autoridades (ESSERS e BENSCHOP, 2007; VALLEJO e CANIZALES, 2018; VOROBÉVA, 2022).

O principal desafio que as minorias enfrentam é o acesso desigual a recursos, redes e habilidades (FIELDEN e DAVIDSON, 2012; VALLEJO e CANIZALES, 2018). As empresas de minorias frequentemente encontram dificuldades para obter empréstimos, crédito e apoio convencional, o que as leva a depender de suas famílias, parceiros, economias pessoais ou redes informais (FIELDEN e DAVIDSON, 2012; VALLEJO e CANIZALES, 2018).

No estudo de Essers e Benschop (2009) é demonstrado que, o papel das empreendedoras muçulmanas na Holanda entra em choque com o discurso orientalista geral que descreve o islamismo como primitivo, atrasado e violento, e as mulheres muçulmanas como submissas e sem educação, portanto, incompatíveis com a imagem de empreendedorismo inovador e de mente aberta. Todavia, Essers e Benschop (2009) mostram que as empresárias muçulmanas estão cientes da relutância das mulheres muçulmanas em receber certos serviços de homens, como aulas de direção, o que cria oportunidades de negócios para as empresárias muçulmanas. Já as empreendedoras imigrantes femininas, quando se ocidentaliza elas sofrem pressão de seus companheiros étnicos que não as veem mais como mulheres apropriadas (Essers & Benschop, 2007).

No estudo com empreendedoras refugiadas, Harkema e Popescu (2015) identificaram a perda da autoestima e dificuldade de retomar controle sobre sua própria vida. No que tange às mulheres empreendedoras indígenas, Croce (2020) destaca que, apesar de essas

empresárias sofrerem violência não apenas do público em geral, mas também de sua própria comunidade, o empreendedorismo permite que as mulheres indígenas alcancem melhor igualdade de gênero, independência financeira e empoderamento pessoal. Por isso, na percepção dos pesquisadores, em relação ao ambiente de aprendizagem é necessário prover sensação de segurança aos aprendizes.

Além de proporcionar bem-estar financeiro e autonomia, o empreendedorismo também parece servir como um lugar para resistência à discriminação, uma plataforma para negociações sociais ou subversão contra a dependência de um estado (Banerjee, 2019; James et al., 2021). De fato, intimamente ligado ao poder, controle, progresso e riqueza na narrativa pública, o empreendedorismo atraiu muitas minorias que anseiam por uma autoimagem mais positiva, querem adquirir legitimidade, trazer mudanças positivas para suas comunidades ou lutar contra estereótipos negativos. Essers e Benschop (2007, p. 66) observam que “o empreendedorismo pode ser considerado uma ferramenta de empoderamento que atribui agência e honra a indivíduos marginalizados”.

Além disso, o poder que as minorias adquirem por meio de atividades empreendedoras pode chegar às suas comunidades. Na verdade, trazer mudanças positivas ou ajudar os outros são fatores de atração populares entre empreendedores minoritários; por meio de seus negócios, eles visam ajudar os membros de suas comunidades a escapar da pobreza e a superar a discriminação e a desigualdade (CROCE, 2020; VALLEJO e CANIZALES, 2018). Assim, o empreendedorismo minoritário empodera não apenas indivíduos empreendedores, mas também suas comunidades por meio de modelos positivos, disseminação de informações e produtos personalizados. Finalmente, as minorias transformam os ambientes de negócios existentes. Elas tentam desconstruir o mito sobre um empreendedor masculino, jovem, branco e heróico com seus próprios exemplos de sucesso empresarial (ESSERS e BENSCHOP, 2007).

Consideram-se como fatores que influenciam o processo de capacitação em empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade social, questões relacionadas ao próprio indivíduo que agem como facilitadores ou barreiras, tais como a desconfiança dentro e entre componentes do grupo (FATOKI, 2014), a falta de credibilidade no governo (URBIG et al., 2012), o histórico de vida, o desconhecimento de direitos (DENIZ et al., 2011), as deficiências na formação (KOELLINGER et al., 2013). Ainda, questões não

ligadas diretamente ao indivíduo como a adequação das políticas públicas e atuação de organizações não governamentais (ZHAO e LOUNSBURY, 2016).

As políticas públicas como programas ou ações, são desenvolvidas pelo Estado ou pelo governo (DAHALAN et al., 2013), gerando impactos diversos para contexto social. No caso das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, um aspecto relevante é a carência de um corpo funcional e técnico multidisciplinar, que atenda todos os lugares, em número e na qualificação necessária para obtenção de ótimos resultados (LEMPIÄINEN e NASKALI, 2011). Somados a isso, ressalta-se, segundo Zhao e Lounsbury (2016) a diversidade de ações nas quais se desdobraram, pois esse público está inserido em estágios diferentes de compreensão de gestão de seus negócios. Assim, como processos de vida, caracterizando de acordo com Gedik, Miman e Kesici (2015), o desenvolvimento de políticas públicas diferenciadas (educacionais, de gestão, estruturais, de microcréditos, entre outras), capazes de atender às demandas e anseios existentes.

Percebe-se um crescimento do número de mulheres empresárias, suportado em termos institucionais, pela implementação de programas de políticas públicas de incentivo ao empreendimento feminino e pela expansão do crédito (NATIVIDADE, 2009). Dwyer et al. (2004) afirmam que as condições de precariedade das mulheres em situação de vulnerabilidade social, podem ser minimizadas pela implementação de programas de qualificação, capacitação, acesso a crédito, treinamento e formação técnica e profissional. Vale salientar que no Brasil existem iniciativas governamentais voltadas às mulheres empreendedoras em condições de vulnerabilidade social que abordam questões específicas e oferecem soluções práticas, desde treinamento e suporte financeiro até a criação de redes de apoio e acesso a mercados, quais sejam: Estratégia Elas Empreendem e Programa Mulheres Mil.

No Brasil as políticas públicas para o empreendedorismo feminino tem recebido atenção de acordo com o estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual identificou que, a grande maioria dos projetos mapeados à mulher brasileira (75%) tem foco de apoio ao empreendedorismo e se concentra, por exemplo, em mulheres de baixa renda com e sem negócios. Todavia, neste mesmo estudo ressalta-se sobre os desafios centrais a serem superados pelas mulheres empreendedoras, quais sejam: acesso a recursos

financeiros, equilíbrio entre vida familiar e profissional, acesso a modelos, mentorias e redes de negócios, acesso à informação e tecnologia digital, fatores culturais, desigualdades regionais e desigualdades raciais (MDIC; PNUD, 2024).

O acesso ao financiamento representa um dos maiores desafios para mulheres empreendedoras (ALLAHVERDYAN e GALSTYAN, 2014; COSTA et al., 2020). Políticas que facilitam o acesso ao crédito, como microcréditos e empréstimos subsidiados, são indispensáveis para permitir que essas mulheres iniciem ou expandam seus negócios (HORNE, 2016; LOCKYER e GEORGE, 2012; SMITH e TOLBERT, 2018). A criação de produtos financeiros inclusivos e a colaboração com instituições financeiras devem superar barreiras econômicas e socioculturais que limitam o acesso a esses recursos (NATIVIDADE, 2009). Programas de mentoria e redes de networking são essenciais para o desenvolvimento das empreendedoras. A orientação de mentores experientes e a participação em redes de apoio podem ajudar a superar desafios específicos e identificar oportunidades de crescimento (BEWAJI ET AL., 2015; HORNE, 2016). A eficácia desses programas depende da qualidade das mentorias e da capacidade das redes de fornecer suporte contínuo e relevante (NATIVIDADE, 2009).

Incentivos fiscais e subsídios são ferramentas importantes para fomentar o crescimento dos negócios liderados por mulheres (BECKER-BLEASE, SOHL, 2007). Isenções de taxas e impostos, bem como subsídios direcionados, podem impulsionar a sustentabilidade e a expansão das empresas (BECKER-BLEASE e SOHL, 2007; BELLUCCI, BORISOV e ZAZZARO, 2010). Entretanto, é fundamental que a implementação desses incentivos seja planejada para evitar desigualdades adicionais ou exclusões (NATIVIDADE, 2009). A disponibilidade de infraestrutura adequada e o acesso a mercados também são essenciais. Centros de empreendedorismo e eventos de mercado oferecem visibilidade e oportunidades, mas devem ser acessíveis e adaptados às necessidades das mulheres de baixa renda (ZWANE e ZHOU, 2023). A criação de espaços e eventos inclusivos pode, portanto, contribuir para a superação das barreiras estruturais e facilitar o acesso aos mercados (NATIVIDADE, 2009), alinhando-se às recomendações de políticas públicas que visem a promoção da diversidade e inclusão no empreendedorismo feminino (GEM, 2022; BECKER-BLEASE e SOHL, 2007).

O estudo de Foss, Henry, Ahl e Mikalsen (2019) identifica três categorias em pesquisas com enfoques feministas. A primeira, chamada de empirismo feminista, adota uma abordagem liberal, sugerindo que homens e mulheres têm capacidades semelhantes. Assim, se

as mulheres tivessem acesso às mesmas oportunidades que os homens, elas alcançariam resultados equivalentes. A segunda categoria é a teoria feminista, que enfatiza a necessidade de mudanças estruturais e progressos nos direitos, reconhecendo as contribuições únicas das mulheres nesse contexto. Por fim, a terceira categoria é a perspectiva pós-estruturalista, que ressalta a importância de identificar construções sociais e práticas discriminatórias de gênero.

Conforme Scott (1995), o gênero se entrelaça com outros fatores igualmente significativos em nosso contexto histórico, como classe, raça, etnia e idade, o que gera desafios, desigualdades e situações específicas de dominação e violência. Fabrício e Vizeu (2024) ressaltam a importância de se compreender a contradição entre a emancipação da mulher pela atividade empreendedora e a manifestação dos mecanismos de poder e violência de gênero instituídos na sociedade. As contradições entre a visão otimista sobre o empreendedorismo feminino – como um processo de empoderamento, de emancipação, de vantagem para a mulher ou de vantagem para a sociedade (HENRY, FOSS e AHL, 2016; FOLEY et al., 2018) precisam ser contrapostas à manutenção dos mesmos processos de subjugação e violência historicamente instituídos nas relações de gênero. Somente assim teremos uma visão realista do fenômeno e das condições históricas necessárias à superação de suas contradições.

Sob a ótica de Fabrício e Vizeu (2024), a forma de dimensionar a assimetria de poder como condição determinante de gênero e, por isso, presente no Empreendedorismo Feminino é considerar a influência dos valores do patriarcado e a omissão da violência de gênero nesta modalidade empreendedora. Um primeiro ponto a se considerar é a violência como uma resposta ao espaço político conquistado legitimamente pelas mulheres empreendedoras. Assim sendo, a violência de gênero em suas diferentes formas e intensidades se manifesta como uma medida de resistência dos representantes do patriarcado às conquistas das mulheres, especialmente aquelas conquistas políticas que denotam a maior participação de mulheres em posições de poder formal.

Para superar a violência de gênero e as condições históricas da assimetria de poder no empreendedorismo feminino é preciso antes, reconhecer tais aspectos estruturantes. A violência de gênero permeia o dia a dia das empreendedoras: por exemplo, no caso das empresas familiares, esposas e herdeiras que ascendem na carreira em posições de comando em geral relatam um esforço muito maior, seja em relação ao tempo dedicado ao trabalho, seja no grau de perfeccionismo exigido delas (COIMBRA et al., 2020). Essa cobrança é uma

forma sutil de violência simbólica (GOMES, 2008) no contexto da carreira executiva por ser, muitas vezes, auto imposta e sem que as mulheres tenham plena consciência dela (VERSIANI et al., 2021).

Ademais, em função do modelo familiar patriarcal, a maternidade e o casamento são considerados as principais funções sociais das mulheres. Dessa forma, as responsabilidades familiares recaem com mais peso sobre a carreira feminina do que sobre a masculina. Muitas mulheres acabam se sentindo culpadas por não conseguirem dedicar "tempo" à família, uma pressão que não afeta os homens da mesma maneira. Quando uma mulher conquista uma ascensão profissional, qualquer problema familiar é frequentemente visto como responsabilidade dela; por outro lado, se um homem avança na carreira, as dificuldades são atribuídas à sua esposa, que não estaria cumprindo seu papel de mãe. Isso ilustra como os mecanismos sutis de violência moral se intensificam à medida que o poder feminino aumenta. Quanto mais uma mulher se destaca em posições de liderança, mais desafiador se torna atender às expectativas de ser uma boa mãe, esposa e dona de casa, como se essas responsabilidades fossem quase exclusivamente dela. Esse conjunto de obstáculos leva muitas mulheres a desistirem ou a prosseguirem lentamente em suas carreiras, sentindo-se culpadas mesmo quando obtêm sucesso profissional (FABRÍCIO e VIZEU, 2024).

É assim que o *status quo* do patriarcado também busca anular ou combater o poder das mulheres que são donas do próprio negócio, na medida em que a empresária, dependendo do segmento, concorre com sua empresa em mercados dominados por homens (ALPERSTEDT et al., 2014), onde costuma ser submetida a pressões de ordem sexista (COIMBRA et al., 2020). Neste contexto empreendedor, a violência de gênero também é exercida pelos subordinados homens, pois muitos têm dificuldades de acatar ordens de uma mulher (CEMBRANEL et al., 2020). A perspectiva de gênero como uma "prática situada", conforme descrito por Poggio (2022), ressalta a importância de considerar as dinâmicas de poder e as práticas sociais que moldam a experiência empreendedora das mulheres. As políticas e programas devem, portanto, ser desenhados não apenas para fornecer suporte econômico, mas também para desafiar e transformar as estruturas sociais que perpetuam desigualdades (BRASIL, 2013). O combate à vulnerabilidade feminina pode ocorrer através da alteração da posição subalterna da mulher como um gênero, pela integração destas no planejamento, desenvolvimento, bem-estar social e redução da pobreza.

O estudo conclui que o empreendedorismo feminino não apenas contribui para a autonomia econômica das mulheres, mas também para o desenvolvimento social mais amplo. É essencial que as iniciativas de apoio ao empreendedorismo feminino sejam sustentáveis e adaptáveis, levando em consideração as especificidades culturais e sociais das mulheres em situação de vulnerabilidade. A promoção de um ambiente inclusivo e a oferta de recursos adequados são fundamentais para garantir que o empreendedorismo feminino possa prosperar e, assim, contribuir significativamente para a redução das desigualdades de gênero.

### Referências

ALLAVERDYAN, A. E.; GALSTYAN, A. Opinion dynamics with confirmation bias. *PLoS ONE*, v. 9, n. 7, p. e99557, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0099557>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 40, p. 221-234, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p221>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ANNANDALE, E.; WIKLUND, M.; HAMMARSTRÖM, A. Theorising women's health and health inequalities: shaping processes of the 'gender-biology nexus'. *Global Health Action*, v. 11, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16549716.2019.1669353>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ARSHAD, S.; IMTIAZ, A.; GILLANI, S. M. A. H.; OSMAN, S. Is women empowerment a zero-sum game? Unintended consequences of microfinance for women's empowerment in Pakistan. *Estudios de economía aplicada*, v. 39, n. 4, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/351383380\\_Is\\_women\\_empowerment\\_a\\_zero\\_sum\\_game\\_Unintended\\_consequences\\_of\\_microfinance\\_for\\_women's\\_empowerment\\_in\\_Pakistan](https://www.researchgate.net/publication/351383380_Is_women_empowerment_a_zero_sum_game_Unintended_consequences_of_microfinance_for_women's_empowerment_in_Pakistan). Acesso em: 16 ago. 2024.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: 30 out. 2024.

BARDASI, E.; SABARWAL, S.; TERREL, K. How do female entrepreneurs perform? Evidence from three developing regions. *Small Business Economics*, v. 37, p. 417-441, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11187-011-9374-z>. Acesso em: 30 out. 2024.

BARNEY, J. B. Why resource-based theory's model of profit appropriation must incorporate a stakeholder perspective. *Strategic Management Journal*, v. 39, n. 13, p. 3305-3325, 8 out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.2949>. Acesso em 19 out. 2024.

BECKER-BLEASE, J. R.; SOHL, J. E. Do women-owned businesses have equal access to angel capital? *Journal of Business Venturing*, v. 22, n. 4, p. 503–521, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2006.06.003>. Acesso em: 30 out. 2024.

BEEN, L.; GIBBONS, A.; MEISEL, R. Towards a neurobiology of female aggression. *Neuropharmacology*, v. 156, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.neuropharm.2018.11.039>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BELLUCCI, A.; BORISOV, A.; ZAZZARO, A. Does gender matter in bank–firm relationships? Evidence from small business lending. *Journal of Banking & Finance*, v. 34, n. 12, p. 2968–2984, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2010.07.008>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BEWAJI, T.; YANG, Q.; HAN, Y. Funding accessibility for minority entrepreneurs: An empirical analysis. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 22, n. 4, p. 716-733, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JSBED-08-2012-0099>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BOAVA, D. L. T.; BOAVA, F. M. F. M.; SETTE, R. de S. Contribuições do ensaio teórico para os estudos organizacionais. *Revista Administração em Diálogo*, v. 22, n. 2, p. 69-90, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/41951>. Acesso em: 24 out. 2024.

BORGES, F.; VATRAZ, S. Global market and organizational management: A brief theoretical essay. *International Journal of Science and Research Archive*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30574/ijrsra.2021.3.2.0157>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BUSSO, G. *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos*. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/vulnerabilidad-social-nociones-e-implicancias-de-politicas-para-latinoamerica-a-inicios-del-siglo-xxi.pdf>. Acesso em 20 out. 2024.

CARVALHO, G. C. Políticas públicas, gênero e empreendedorismo: uma análise do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 39, n. 1, p. 11-18, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3073/307350907002/html/>. Acesso em: 13 out. 2024.

CEMBRANEL, P.; CARDOSO, J.; FLORIANO, L. Mulheres em cargos de liderança e os seus desafios no mercado de trabalho. *Revista de Ciências da Administração*, v. 22, n. 57, p. 57-67, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2020.e78116>. Acesso em: 29 out. 2024.

CINEGLAGLIA, M. N. et al. Desafios do empreendedorismo feminino. *LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades*, v. 5, n. 3, p. 59-76, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v5n3p57-74>. Acesso em: 15 ago. 2024.

COIMBRA, Dayana Gomes; SOUZA JÚNIOR, Armando Araújo de; MORAES, Ana Flávia de Moraes. Aspectos da Dominação Masculina no Processo Sucessório em Empresas Familiares do Setor Automotivo. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 158-177, dez. 2020. ISSN 2237-7956. Disponível em:

<https://doi.org/10.18256/2237-7956.2020.v10i2.3969>. Acesso em: 30 out. 2024.

COSTA, D. F.; CARVALHO, F. M.; MOREIRA, B. C. M.; SILVA, W. S. Viés de confirmação na tomada de decisão gerencial: um estudo experimental com gestores e contadores. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 14, e164200, 2020. Disponível em:

<http://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164200>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CROCE, F. Indigenous women entrepreneurship: analysis of a promising research theme at the intersection of indigenous entrepreneurship and women entrepreneurship. *Ethnic and Racial Studies*, v. 43, n. 6, p. 1013–1031, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/01419870.2019.1630659>. Acesso em 01 out. 2024.

DAHALAN, N., HASAN, H., HASSAN, F., ZAKARIA, Z. & NOOR, W., A., W., M. (2013). Engaging students online: Does gender matter in adoption of learning material design? *World Journal on Educational Technology*, 5(3), 413-419. Disponível em:

[http://www.world-education-center.org/index.php/wjet/article/view/371/pdf\\_224](http://www.world-education-center.org/index.php/wjet/article/view/371/pdf_224). Acesso em 02 out. 2024.

DENIZ, Ö. et al. Physical properties of naked DNA influence nucleosome positioning and correlate with transcription start and termination sites in yeast. **BMC Genomics**, v. 12, n. 1, 7 out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2164-12-489>. Acesso em 05 out. 2024.

DEVECE, C.; PERIS-ORTIZ, M.; RUEDA-ARMENGOT, C. Entrepreneurship during economic crisis: Success factors and paths to failure. **Journal of Business Research**, [S. l], v. 69, n. 11, p. 5366–5370, nov. 2016. ISSN Disponível em:

<http://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.04.139>. Acesso: 25 out. 2024.

DEGEN, R. J. Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. *Revista de Ciências da Administração*, v. 10, n. 21, p. 11–30, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2008v10n21p11>. Acesso: 25 out. 2024

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Disponível em:

<https://fazendocontecer.org.br/wp-content/uploads/2016/05/degustacao-emp6aed.pdf>. Acesso: 27 out. 2024.

DOYAL, L. Gender and the 10/90 gap in health research. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 82, n. 3, p. 162, 2004. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0042-96862004000300003>. Acesso: 25 out. 2024.

DUA, A. et al. Which small businesses are most vulnerable to COVID-19—and when.

*McKinsey & Company*, v. 18, 2020. Disponível em: <https://www.rab.com/research/27526.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

DWYER, A.; ZOPPOU, C.; NIELSEN, O.; DAY, S.; ROBERTS, S. *Quantifying social vulnerability: a methodology for identifying those at risk to natural hazards*. Geoscience Australia Record 2004/14, 2004. Disponível em: <https://www.ga.gov.au/bigobj/GA4267.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

ESSERS, C.; BENSCHOP, Y. Enterprising identities: female entrepreneurs of Moroccan or Turkish origin in the Netherlands. *Organization Studies*, v. 28, n. 1, p. 49–69, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840607068256>. Acesso em 23 out. 2024.

ELAM, A. B. et al. Global Entrepreneurship Monitor 2018/2019 Women's Entrepreneurship Report. Babson College: Smith College and the Global Entrepreneurship Research Association, 2019. Disponível em: [https://scholarworks.smith.edu/conway\\_research/4](https://scholarworks.smith.edu/conway_research/4). Acesso em 03 out. 2024.

FABRÍCIO, J. dos S.; VIZEU, F. Por uma resignificação do empreendedorismo feminino a partir de três visões filosóficas sobre o gênero e o poder. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, v. 13, n. 3, e2347, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2347>. Acesso em 04 out. 2024.

FATOKI, O. The Causes of the Failure of New Small and Medium Enterprises in South Africa. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, v. 5, n. 20, 1 set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n20p922>. Acesso em 02 out. 2024.

FIELDEN, S.; DAVIDSON, M. J. BAME women business owners: How intersectionality affects discrimination and social support. *Gender in management: An international journal*, v. 27, n. 8, p. 559-581, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17542411211279733/full/html>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901999000400002>. Acesso em: 25 out. 2024.

FOLEY, M.; BAIRD, M.; COOPER, R.; WILLIAMSON, S. Is independence really an opportunity? The experience of entrepreneur-mothers. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 25, n. 2, p. 313-329, 2018. Disponível em : <https://doi.org/10.1108/JSBED-10-2017-0306>. Acesso em: 04 out. 2024.

FOSS, L.; HENRY, C.; AHL, H.; MIKALSEN, G. H. Women's entrepreneurship policy research: a 30-year review of the evidence. *Small Business Economics*, v. 53, n. 2, p. 409-429, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1007/s11187-018-9993-8>. Acesso em 03 out. 2024.

FUENTELESZ, L. et al. How different formal institutions affect opportunity and necessity entrepreneurship. *BRQ Business Research Quarterly*, v. 18, n. 4, p. 246–258, out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.brq.2015.02.001>. Acesso em 04 out. 2024.

GEDIK, Ş.; MIMAN, M.; KESICI, M. S. Characteristics and attitudes of entrepreneurs towards entrepreneurship. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 195, p. 1087-1096, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815036320>. Acesso em 01 out. 2024.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo*. 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GEM. *GEM 2021/22 Women's Entrepreneurship Report: From Crisis to Opportunity*. Global Entrepreneurship Monitor, London, 2022. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report/gem-202122-womens-entrepreneurship-report-from-crisis-to-opportunity>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GHERARDI, S.; POGGIO, B. Creating and recreating gender order in organizations. *Journal of World Business*, v. 36, p. 245-259, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1090-9516\(01\)00054-2](https://doi.org/10.1016/S1090-9516(01)00054-2). Acesso em: 16 ago. 2024.

GUERRERO, R. F. et al. Pervasive antagonistic interactions among hybrid incompatibility loci. *PLOS Genetics*, v. 13, n. 6, p. e1006817, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pgen.1006817>. Acesso em 03 out. 2024.

GOMES, R. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *Athenea digital*, p. 237-243, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/120296>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HARKEMA, S; POPESCU, F. Entrepreneurship education for adults: a case-study. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 209, p. 213-220, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815055652>. Acesso em: 20 out. 2024.

HASSAN, T. A. et al. Firm-level exposure to epidemic diseases: COVID-19, SARS, and H1N1. National Bureau of Economic Research, Working Papers 26971, 2020, p. 1-67. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3566530>. Acesso em: 04 out. 2024.

HENRY, C.; FOSS, L.; AHL, H. Gender and entrepreneurship research: a review of methodological approaches. *International Small Business Journal*, v. 34, p. 217-241, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0266242614549779>. Acesso em 05 out. 2024.

HORNE, K. N. Female entrepreneurial self-efficacy among three ethnicities. 2016. Tese (Doutorado) - Capella University. Disponível em: <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2023.v15i1.648>. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, conhecendo o Brasil de 2020. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

IZUKA, Edson Sadao; COSTA, Heise Santos. Negócios inclusivos liderados por mulheres empreendedoras: busca por avanços teóricos e empíricos. ISSN 1679-3951 *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 4, p. 1-20, jul.-ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220011>. Acesso em 18 out. 2024.

IPEA. *Políticas sociais - acompanhamento e análise n° 28*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2021. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37679&Itemid=9](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9). Acesso em: 16 ago. 2024.

KOELLINGER, P.; MINNITI, M.; SCHADE, C. Gender Differences in Entrepreneurial Propensity\*. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 75, n. 2, p. 213–234, 21 dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0084.2011.00689.x>. Acesso em 05 out. 2024.

LEMPIÄINEN, K.; NASKALI, P. Feminist researchers learning to teach: A Finnish case of university pedagogy in women's studies. **Women's Studies International Forum**, v. 34, n. 3, p. 195–205, maio 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2011.01.008>. Acesso em: 08 out. 2024.

LOCKYER, J.; GEORGE, S. What women want: Barriers to female entrepreneurship in the West Midlands. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17566261211234661>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MALACH PINES, A.; LERNER, M.; SCHWARTZ, D. Gender differences in entrepreneurship. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 29, n. 2, p. 186–198, 12 fev. 2010. Disponível em : <https://doi.org/10.1108/02610151011024493>. Acesso em : 8 out. 2024.

MANZOOR, S.; MANZOOR, A.; U. Gender-based violence: Unequal distribution of power. *Journal of Peace, Development & Communication*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36968/jpdc-v07-i02-09>. Acesso em 08 out. 2024.

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. [S.l.], *São Paulo em perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006. ISSN 1806-9452 Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2014/10/Vulnerabilidade.pdf>. Acesso em 20 set. 2024.

MCGOLDRICK, S. Human rights and gender violence: Translating international law into local justice. *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, v. 36, p. 91-92, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/009430610703600159>. Acesso em 09 out. 2024.

MCGOWAN, P. et al. Female entrepreneurship and the management of business and domestic roles: Motivations, expectations and realities. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 24, n. 1-2, p. 53–72, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/08985626.2012.637351>. Acesso em 19 out. 2024.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Panorama do empreendedorismo feminino no Brasil.**

Disponível em:

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/elas-empreendem/panorama-do-empreendedorismo-feminino-no-brasil>. Acesso em: 20 out. 2024.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011. Disponível em :

<https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000200010>. Acesso em 11 out. 2024.

MOSER, C. Household responses to poverty and vulnerability: confronting crises on Cisne Dos, Guayaquil, Ecuador. Washington: World Bank, v.1, 1997. Disponível em:

[https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)10015-8](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10015-8). Acesso em 13 out. 2024.

NATIVIDADE, D. R. da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231 a 256, 2009.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6686>. Acesso em: 31 out. 2024.

OLIVEIRA, E. M.; SCHMIDT, T. M. L. V. Empreendedorismo social, gênero e territorialização: uma proposta metodológica para mapeamento de oportunidades na geração de trabalho e renda para mulheres em risco social. Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - MA, 28 a 30 de agosto, 2007. Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/cf2bb9d694b7596ff05fEDSON%20OLIVEIRA\\_MADALENA%20SCHMIDT.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/cf2bb9d694b7596ff05fEDSON%20OLIVEIRA_MADALENA%20SCHMIDT.pdf). Acesso em: 24 ago. 2024.

PILKOVÁ, A.; JANČOVIČOVÁ, Z.; KOVAČIČOVÁ, Z. Inclusive Entrepreneurship in Visegrad4 Countries. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 220, p. 312–320, maio 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.504>. Acesso em 14 out. 2024.

POGGIO, B. Trabalhando pela igualdade de gênero na academia neoliberal: entre a teoria e a prática. *Revista de Administração Contemporânea*, advance online publication, 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220014>. Acesso em 18 out. 2024.

RAMADANI, V. The woman entrepreneur in Albania: an exploratory study on motivation, problems and success factors. *Journal of Balkan & Near Eastern Studies*, v. 17, n. 2, p.

204-221, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19448953.2014.997488>. Acesso em: 16 out. 2024.

RICHARDSON, D.; VINSEL, A.; TAYLOR, S. Female aggression as a function of attitudes toward women. *Sex Roles*, v. 6, p. 265-271, 1980. Disponível em:

<https://doi.org/10.1007/BF00287347>.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultura, 1997. 237 p.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Empreendedorismo feminino: uma nova visão sobre os negócios*. 2023. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empreendedorismo-feminino-uma-nova-visao>

[-sobre-os-negocios,e61bf253be2a6810VgnVCM1000001b00320aRCRD](#). Acesso em: 16 ago. 2023.

SCHMIDT-THOMÉ, P.; JARVA, J. The spatial effects and management of natural and technological hazards in general and in relation to climate change. *ESPON*, 3rd Interim Report, n. 15. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19448953.2014.997488>. Acesso em: 16 out. 2024.

SCOTT, J. W. G. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 171-199, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

SMITH, B.; TOLBERT, C. M. Financial motivations and small business longevity: The effects of gender and race. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 23, n. 04, p. 1850024, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/S1084946718500243>. Acesso em: 28 out. 2024.

SMITH-HUNTER, A. E.; BOYD, R. L. Applying theories of entrepreneurship to a comparative analysis of white and minority women business owners. **Women in Management Review**, v. 19, n. 1, p. 18–28, jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09649420410518403>. Acesso em 17 out. 2024.

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A. M. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. *Hist. R., Goiânia*, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992>. Acesso em 15 ago. 2024.

URBIG, D. et al. Exploiting opportunities at all cost? Entrepreneurial intent and externalities. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 2, p. 379–393, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.03.003>. Acesso em 04 out. 2024.

VALLEJO, J. A.; CANIZALES, S. L. Latino/a professionals as entrepreneurs: How race, class, and gender shape entrepreneurial incorporation. *Intersectionality and Ethnic Entrepreneurship*. Routledge, 2018. p. 85-104. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315164373-5/latino-professionals-entrepreneurs-race-class-gender-shape-entrepreneurial-incorporation-jody-agius-vallejo-stephanie-canizales>. Acesso em: 24 out. 2024.

VERDUIJN, K.; ESSERS, C. Questioning dominant entrepreneurship assumptions: the case of female ethnic minority entrepreneurs. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 25, n. 7-8, p. 612–630, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08985626.2013.814718>. Acesso em 24 out. 2024.

VERSIANI, F.; CARVALHO NETO, A.; CAEIRO, M. L.; MARTINS, M.; MOTA-SANTOS, C. Consequências (não) premeditadas do empreendedorismo para a mulher. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 20, n. 2, abr./jun. 2021. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/7565>. Acesso em 15 jul. 2024.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/vulnerabilidadb.pdf>. Acesso em 27 out. 2024.

VOROBÉVA, E. Intersectionality and minority entrepreneurship: At the crossroad of vulnerability and power. *Disadvantaged minorities in business*, p. 225-235, jun. 2022. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97079-6\\_11](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97079-6_11). Acesso em: 05 set. 2024.

WHITTAKER, R. J. Island Biogeography: Ecology, Evolution and Conservation. *Journal of Ecology*, v. 88, n. 1, p. 179–180, fev. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2745.2000.00425.x>. Acesso em : 26 out. 2024.

ZHAO, E. Y.; LOUNSBURY, M. An institutional logics approach to social entrepreneurship: Market logic, religious diversity, and resource acquisition by microfinance organizations. *Journal of Business Venturing*, v. 31, n. 6, p. 643–662, nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2016.09.001>. Acesso em 02 out. 2024.

ZWANE, H.; ZHOU, S. Entrepreneurial challenges facing female entrepreneurs in informal micro businesses: a case study of uMhlathuze municipality. *EUREKA: Social and Humanities*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21303/2504-5571.2023.002581>. Acesso em: 26 out. 2024.